



**COMISSÃO COORDENADORA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO TERRITÓRIO NACIONAL**

SEPN 505 - Lote 02 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz – Sala 113

Brasília/DF - CEP 70.730-542

Fone: (61) 2028-1364 – Fax: (61) 2028-2015

**Ata da 31ª Reunião Ordinária da CCZEE
30/10/2014**

PARTICIPANTES:

- ✧ Ney Maranhão –MMA – **Coordenador da CCZEE**
- ✧ Carlos Alberto Scaramuzza-MMA – **Coordenador Suplente da CCZEE**
- ✧ AdmaHamam de Figueiredo - IBGE
- ✧ André Fábio de Souza- MDIC
- ✧ Miguel Farnasso - CODEVASF
- ✧ Alexandre Tofeti- ANA
- ✧ Bruna Mendes - MJ
- ✧ Cassio R. da Silva – CPRM
- ✧ Celso Monteiro Filho- IBGE
- ✧ Cibele Dutra de França – MT
- ✧ Christina Elizabeth de Vasconcelos -MME
- ✧ Dione Macedo - MME
- ✧ Denise Alho - PETROBRAS
- ✧ Elisabeth Sherrill–MCTI
- ✧ Edson Crepani– INPE
- ✧ Ubajara Berocan Leite - MP
- ✧ João Paulo Padro -MMA
- ✧ José Henrique da Silva -MDA
- ✧ Luís Fernando Magnani de Oliveira - MP
- ✧ Marcelo Chilvarquer– MJ
- ✧ Marcelo Giovoni – MI
- ✧ Miguel Farinasso – CODEVASF
- ✧ Ricardo Ribeiro-MME
- ✧ Ronaldo Vasconcelos– IPEA
- ✧ Shirley Cristina dos Santos - CENSIPAM
- ✧ TaiguaraAlencar– GIZ
- ✧ Talita Ciampi–Mcidades

EQUIPE DZT

- ✧ Adalberto Eberhard – MMA
- ✧ Felipe Lima Ramos Barbosa – MMA
- ✧ Fábio de Almeida Abreu - MMA

PONTOS DE PAUTA:

- 1-Aprovação da Ata da 30ª Reunião ordinária do colegiado;
- 2- Apresentação parcial dos resultados da sistematização dos 25 anos do Programa ZEE Brasil e discussão coletiva visando o fortalecimento e engajamento de ambos os colegiados frente suas atribuições legais;
- 3-Discussão e encaminhamentos referentes ao MacroZEE do bioma Cerrado;
- 4-Informes gerais.

ASSUNTOS TRATADOS:

1 O Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) do Ministério do Meio
2 Ambiente (MMA), Adalberto Eberhard, deu início à reunião agradecendo a presença dos
3 membros da CCZEE e do Consórcio. Ressaltou que a reunião era importante pela presença de
4 membros dos dois Colegiados (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil) e pelo fato de que, pela
5 primeira vez, houve a nomeação de um Secretário do MMA (SRHU) e um Diretor (DCBIO)
6 como coordenadores da CCZEE (Titular e Suplente respectivamente). Além disto ressaltou a
7 renovação do colegiado com a nomeação dos novos membros e recondução de antigos
8 membros em portaria assinada pela Ministra. Tais eventos evidenciam a relevância dos dois
9 colegiados e o propósito de dar maior efetividade na sua atuação, devolvendo ao DZT a lógica
10 original de ter o papel, de fato, de apoio administrativo e técnico junto a esses colegiados.
11 Finalizada sua fala, passou a palavra para o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente
12 Urbano -SRHU do MMA, coordenador titular da CCZEE, Sr. Ney Maranhão.

13
14 O Coordenador da CCZEE, Secretário Ney Maranhão, agradeceu a presença de todos e
15 salientou que devido ao quórum ter se dado após mais de uma hora depois do horário previsto
16 para o início, era necessário discutir a viabilidade de se manter a pauta original. Abriu a
17 palavra para que aqueles que tivessem alguma sugestão, pudessem se manifestar.

18
19 A representante do MME manifestou-se favorável à redução e otimização de tempo nos pontos
20 de pauta originalmente propostos, para poder ter uma reunião mais efetiva.

21
22 O Coordenador suplente da CCZEE, Sr. Carlos Scaramuzza, sugeriu, então, a retirada da
23 pauta do item referente ao MacroZEE do bioma Cerrado, já que considerava que este assunto
24 levaria mais de uma hora de discussão.

25
26 O Coordenador da CCZEE corroborou com seu suplente e entendeu, como interessante, que o
27 item do MacroZEE do bioma Cerrado fosse discutido em uma possível reunião extraordinária,
28 com prioridades para a realização.

29
30 O representante do MP propôs a manutenção do item relacionado ao MacroZEE do bioma
31 Cerrado na pauta, visto ser um assunto relevante para a CCZEE. Acrescentou que o assunto já
32 vinha sofrendo postergações sucessivas e que merecia ser tomada uma decisão definitiva
33 quanto à execução da agenda.

34
35 O Coordenador Suplente (MMA) reforçou seu posicionamento, considerando o tema
36 complexo demais para ser tratado em um tempo reduzido e que deveria ser pauta de uma
37 reunião Extraordinária específica.

Na sequência, os representantes do MDIC e MME acompanharam os argumentos do representante do MP e reforçaram a necessidade de manutenção do ponto de pauta referente ao MacroZEE do bioma Cerrado na presente reunião, visto ser o ponto mais importante da pauta e objeto de solicitação de reunião conjunta com o Consórcio ZEE Brasil pelos membros da CCZEE. Além disso, de acordo com a representante titular do MME, já estava sendo base para elaboração de cenários no âmbito no PPCerrado.

Considerando a agenda do MacroZEE do bioma Cerrado, o Sr. Adalberto Eberhard, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial, esclareceu que os insumos produzidos pelo MMA em 2012 foram submetidos aos membros do Consórcio ZEE Brasil, conforme encaminhamento pactuado na oficina realizada no final de 2013 (07 e 08/nov). Acrescentou que, até o presente momento, o DZT estava aguardando as respectivas manifestações do Consórcio acerca do material encaminhado.

A representante da Petrobras relatou que não tinha clareza do papel do Consórcio na reunião, uma vez que foi convocada reunião conjunta entre a CCZEE e o Consórcio. Esclareceu seu entendimento de que o início do processo de elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado deveria ter sido pela elaboração do Termo de Referência (TdR) pelo próprio colegiado (Consórcio), e que, talvez esse tenha sido o motivo de o Consórcio não ter apresentado subsídios ao trabalho encaminhado pelo MMA. Em complementação, o Sr. Adalberto Eberhard respondeu que o Consórcio tem papel importantíssimo neste processo e a presente reunião seria o início do resgate da efetividade do modelo de gestão instituído (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil) frente ao ZEE, preocupação cada vez mais presente visto às expectativas do instrumento por parte da sociedade.

Considerando as colocações elencadas, o coordenador da CCZEE entendeu como pertinente a manutenção do item de pauta sobre o MacroZEE do bioma Cerrado e que seria feita uma administração do tempo na reunião para permitir que todos os itens de pauta pudessem ser discutidos de forma satisfatória. Salientou que o baixo número de participantes poderia ser um reflexo do baixo entendimento do papel destas instituições nos colegiados e que deveria ser necessário uma estratégia de fortalecimento junto aos colegiados para se sentirem envolvidos nas grandes questões de ordenamento territorial no Brasil.

Em seguida foi colocada para aprovação a Ata da 30ª Reunião Ordinária da CCZEE, ocorrida em 27/03/2014. Sem nenhuma objeção, o documento foi considerado aprovado.

Deu-se início então a apresentação do Sr. Taiguara, perito da GIZ, vinculado ao DZT por intermédio de Projeto de Cooperação Técnica (PCT) específico para o tema “ordenamento territorial” no âmbito da Amazônia Legal. O trabalho apresentado foi fruto de extenso levantamento bibliográfico e entrevistas com o objetivo de fazer o resgate sistematizado do histórico dos 25 anos do instrumento ZEE, mais especificamente o ZEE na Amazônia legal, identificando os principais momentos históricos na concepção do instrumento, ressaltando questões que merecem reflexões. Ressaltou também que o trabalho apresentado ainda é um resultado parcial e que sua finalização está prevista para o final de 2014. Ao final da apresentação, foi aberta a seção de perguntas.

A representante do MME adicionou comentários acerca da transição do ZEE da SAE/PR para o MMA, informando que esta transição durou dois anos. Também salientou a importância do

Diagnóstico do MacroZEE do São Francisco, que teve participação direta do Consórcio ZEE Brasil, desde do Termo de Referência

O representante da ANA elogiou o trabalho e sugeriu que um mesmo resgate histórico deveria ser feito para avaliar casos exemplares de ZEE, com vistas a identificar os motivos que levaram ao sucesso/insucesso do instrumento nas suas mais variadas iniciativas.

O representante do IPEA relatou que deveria haver melhor e maior contextualização, apontando a necessidade de se expandir o referencial teórico. A contribuição essencial do ZEE é de compilar informações dos recursos naturais e do meio ambiente a serem consideradas no zoneamento e no planejamento da gestão de demais intervenções. Esta contribuição foi muito importante num momento onde as informações georreferenciadas eram de difícil acesso, obtenção e tratamento. Reforçou que atualmente o quadro é outro. Antes da existência do ZEE, ainda no governo militar ocorreram iniciativas que procuravam dar destaque às questões ambientais como essenciais para o uso e ocupação do território, a exemplo do PRODIAT. Nesse sentido, o ZEE foi uma evolução significativa. No quadro atual, portanto, a contribuição do ZEE deve ser reavaliada e, eventualmente, modificado o seu escopo.

O representante do MDIC elogiou o resgate do histórico e destacou a ausência do uso do instrumento por municípios e que uma cartilha de divulgação seria uma ferramenta apropriada para divulgação desse instrumento para estes entes.

Não havendo comentários adicionais relacionados a apresentação, deu-se como concluído este ponto e passou-se então a palavra ao Sr. Felipe Barbosa, gerente substituto do ZEE, que realizou a apresentação dos marcos legais do instrumento ZEE com o objetivo de contextualizá-lo aos novos membros da CCZEE. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra aos participantes. O Sr. Felipe ressaltou que há um limite de governança do DZT/MMA no processo de elaboração de um ZEE que tem o papel técnico principal de fornecer subsídios aos colegiados.

A representante da Petrobras salientou que estes insumos poderão ser utilizados pelo Consórcio e que deve ser resgatada a premissa de que este colegiado é o responsável, pela estrutura legal em vigor, da elaboração do ZEE do bioma Cerrado, a partir da elaboração de um Termo de Referência. Acrescentou ainda que o MMA, portanto, estaria partindo de uma premissa equivocada quanto a esse processo de zonificação, uma vez que o Consórcio não elaborou o termo de referência e a CCZEE, por sua vez, não o aprovou.

Nesse sentido, o Sr. Felipe Barbosa expressou concordância com a fala da representante da Petrobras e ressaltou que os insumos para o processo de MacroZEE do Bioma Cerrado estão à disposição do Consórcio, inclusive que o Departamento de Zoneamento Territorial possui a mesma linha de raciocínio e está à disposição em apoiar no que for preciso junto ao Consórcio ZEE Brasil.

A representante do MME destacou a importância do Consórcio ZEE Brasil, principalmente quanto à necessidade de se resgatar o papel desse Consórcio na condução dos ZEEs.

O Sr. Adalberto Eberhard, diretor do DZT, corroborou que o objetivo maior é o de buscar a importância do papel dos colegiados (CCZEE e Consórcio) na condução dos trabalhos, invertendo a lógica na qual o MMA exerce função de coordenador, mas que também realiza

atividades típicas do Consórcio. Para finalizar, comentou que reverter esta lógica deve ser um esforço coletivo das instituições representadas em ambos colegiados.

Finalizados os comentários, passou-se então a palavra ao Sr. Taiguara, que apresentou slides contendo seis perguntas orientadoras de reflexões, que em sua opinião, deveriam ser debatidas coletivamente, visando o fortalecimento e engajamento de ambos os colegiados, frente às suas atribuições legais. Na sequência, com a anuência dos membros presentes, as perguntas foram respondidas.

As perguntas foram:

- 1- Como cada instituição vê o ZEE hoje?
- 2- De que forma o ZEE é internalizado nas instituições? O membro do colegiado utiliza sua estrutura institucional para executar suas atividades na relação com as outras instituições de outros colegiados?
- 3- Como os senhores avaliam a participação de ambos os colegiados nas experiências de ZEE elaboradas? Houve modificação ao longo do tempo?
- 4- Como está a comunicação institucional intra e inter colegiados?
- 5- Como os senhores avaliam a relação/comunicação entre a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil? Houve modificação ao longo do tempo?
- 6- Para o contexto atual, o arranjo institucional existente e os papéis que cabem a cada instituição são claros e adequados?

As respostas individuais dos membros foram compiladas e sistematizadas em ideias-chaves para cada pergunta, conforme tabela abaixo.

1- Como cada instituição vê o ZEE hoje?
<ul style="list-style-type: none">- Balizador para políticas produtivas e capacidade de suporte- Outros instrumentos- Lacuna territorial- Visão de futuro- Resolução de conflitos- Ganho tecnológico no suporte à decisão, mas precisa sair do analógico para o digital- Único lugar onde há casamento entre ecológico e econômico.- Alcance do desenvolvimento sustentável- Será instrumento da PNDR e da PNOT. ZEE cobre a ausência dessas legislações.- Olhar macrosetorial- É importante, mas temos que discutir o ordenamento territorial (a discussão deve ser mais ampla)

2- De que forma o ZEE é internalizado nas instituições? O membro do colegiado utiliza sua estrutura institucional para executar suas atividades na relação com as outras instituições de outros colegiados?
<ul style="list-style-type: none">- Maioria das instituições – falta internalização- Fonte de consulta permanente- É internalizado (MacroZEE da Amazônia Legal) na ANP na disponibilização de blocos de exploração- Concepção territorial é incluída em projetos

- Internaliza no Manual Crédito Rural e no ZARC

164

- 3- Como os senhores avaliam a participação de ambos os colegiados nas experiências de ZEE elaboradas? Houve modificação ao longo do tempo?**
- 4- Como está a comunicação institucional intra e inter colegiados?**
- 5- Como os senhores avaliam a relação/comunicação entre a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil? Houve modificação ao longo do tempo?**

- Dificuldades na comunicação
- Está péssima
- Já houve comunicação melhor no âmbito do Consórcio
- Necessidade de discussão sobre o ZEE anualmente ou em mudança de governo
- Polêmicas não são resolvidas.
- Consórcio é, atualmente, visto como colegiado validador de trabalhos executados.
- Ausência de consulta ao Consórcio

165

- 6- Para o contexto atual, o arranjo institucional existente e os papéis que cabem a cada instituição são claros e adequados?**

- Ausência de clareza sobre os papéis a serem executados – Consórcio ZEE Brasil.
- Clareza no papel dos colegiados - CCZEE.
- Inversão de Pauta. Atualmente o MMA executa atribuições do Consórcio.
- Arranjo do consórcio mal definido.
- Ausência de internalização da agenda nas instituições.

166

167 Terminada a etapa de perguntas e respostas, deu-se início ao processo de reflexão para
168 elaboração de estratégia do plano de trabalho para fortalecimento dos colegiados. Todos os
169 membros tiveram a oportunidade de fazer suas manifestações. Ao final foi feito o exercício de
170 sistematização dos achados, tendo como pontos chaves para o fortalecimento dos colegiados
171 os seguintes:

172

- Realizar uma oficina para elaboração do planejamento dos trabalhos a serem executados e respectivos produtos, especificando seus objetivos, metas, responsabilidade e custos.

- O ZEE deve ter uma abordagem menos tecnicista. Deve estar aderente às demandas sociais, econômicas e ambientais de curto e longo prazo.

- Terorçamentos previstos para apoiar as atividades do Consórcio ZEE Brasil, específicos na estrutura orçamentária de cada instituição participante. O processo precisa ser mais operativo e descentralizado entre as instituições.

- Priorização, menção, criação de meta específica no próximo PPA das instituições dos colegiados, envolvendo a estrutura de todas as instituições.

- Criação de um site para a divulgação de informações do instrumento (website), visando disponibilizar as atas das reuniões realizadas, dentre outros documentos relevantes.

- Resgate das visitas para sensibilização (bilaterais) nas diversas instituições.

- Estratégia de comunicação e divulgação do instrumento e seus produtos.

- 187 • Plano de interlocução entre os colegiados
- 188 • Sugestão de reuniões conjuntas (CCZEE e Consórcio), pelo menos na primeira reunião
- 189 do ano.
- 190 • Ter pelo menos um representante do Consórcio nas reuniões da CCZEE, com o papel
- 191 de interlocutor entre os colegiados.
- 192 • Os membros da CCZEE devem atuar junto às suas instituições vinculadas, que são
- 193 membros do Consórcio, no intuito de fortalecer e garantir a efetiva participação da
- 194 instituição nas respectivas agendas de ZEE.
- 195 • Primeira reunião: O que se quer por parte da CCZEE e do Consórcio?
- 196 • Fazer uma avaliação do instrumento ZEE para orientar o planejamento das ações de
- 197 ambos os colegiados.

198
199 Em sequência foi colocada a proposição de calendário para as reuniões da CCZEE para o ano
200 de 2015. As datas propostas foram: 12 de março, 18 de junho, 10 de setembro e 25 de
201 novembro, proposta que já observou os calendários do Conama, Conabio, dentre outros.
202 Como não houve nenhuma manifestação contrária à proposta, a mesma foi considerada
203 aprovada.

204
205 Após aprovação do calendário das reuniões ordinárias da CCZEE para o ano de 2015, o Sr.
206 Felipe Barbosa iniciou o item de pauta sobre o MacroZEE do bioma cerrado.

207
208 Durante a apresentação, o Sr. Felipe Barbosa resgatou o processo legal e institucional
209 referente à agenda do MacroZEE do bioma Cerrado e, por fim, resgatou o cronograma das
210 discussões da respectiva agenda junto à CCZEE, propondo, aos membros presentes,
211 macroetapas para a finalização desse processo. O objetivo foi apresentar o contexto legal e dar
212 conhecimento da situação do projeto aos novos membros da CCZEE e do Consórcio, bem
213 como suscitar o debate interno.

214
215 Os principais pontos levantados na apresentação foram: (i) resgate do prazo estabelecido pelo
216 decreto do PPcerrado para elaboração do macrozoneamento do bioma Cerrado (15 de
217 setembro de 2012); (ii) destaque de que o projeto eu ma das metas no programa 2029 do PPA
218 2012-2015; (iii) resgate dos encaminhamentos pactuados na oficina ocorrida junto ao
219 consórcio no final de 2013, onde foi acordado o envio dos insumos preliminares produzidos
220 por iniciativa do MMA, via consultoria externa, aos membros do Consórcio no começo de
221 2014; e (iv) recapitulou os debates ocorridos no âmbito das reuniões da CCZEE específicos
222 para o MacroZEE do bioma Cerrado e propôs etapas futuras para a finalização dos trabalhos
223 do macrozoneamento do bioma Cerrado. Para as etapas futuras, o Sr. Felipe Barbosa ressaltou
224 que era o momento de alinhamento dos colegiados para tomada de decisão sobre o futuro do
225 projeto.

226
227 O representante do MP questionou se a etapa futura do MacroZEE do bioma Cerrado prevista
228 na apresentação do Sr. Felipe abarcava também a fase de prognósticos. Como resposta, o Sr.
229 Felipe Barbosa esclareceu que o prognóstico também faz parte do projeto de MacroZEE como
230 um todo e o envolvimento destes colegiados são necessários para o andamento do processo.

231
232 O coordenador da CCZEE abriu a palavra para que os membros pudessem expor suas
233 contribuições.

A representante do MME resgatou o histórico do projeto na CCZEE, dando ênfase as discussões ocorridas no colegiado sobre o recorte ‘bioma’ utilizado no projeto de MacroZEE, acrescentando que o MME elaborou em 2012 um documento técnico sobre a discordância do recorte adotado por bioma adotado. Relatou que o documento expressava que não havia sintonia entre o presente projeto e o MacroZEE da Amazônia Legal, que, segundo consta na mencionada manifestação técnica, foi o único projeto elaborado sob metodologia aprovada pela CCZEE para iniciativas federais. Assim, reforçando a discordância sobre o recorte do bioma para o presente projeto, resgatou sugestão apresentada em reuniões anteriores do colegiado de que o ZEE do bioma Cerrado fosse elaborado por grandes regiões geográficas, sendo: (i) Centro-oeste, (ii) Nordeste, (iii) Sul e (iv) Sudeste, e assim por diante, considerando os recortes político-administrativos amplamente reconhecidos e, desta forma, atendendo plenamente à demanda disposta no decreto do PPCerrado. Defendeu a ideia de iniciar esse processo de zonificação com a elaboração do ZEE da região Centro-Oeste, sendo que os insumos produzidos pelo MMA (2012) deverão ser considerados pelo Consórcio durante a execução dessa agenda, no que couber. Teceu comentários adicionais de que o trabalho em andamento sobre os cenários do bioma não teve seu termo de referência (TdR) discutido em ambos os colegiados e, por isso, ainda não deve ser considerado como parte integrante do zoneamento do bioma. Finalizando, enfatizou a necessidade de ZEE por regiões.

Adicionalmente, comentou sobre as falhas do “Diagnóstico”, que se restringiu a pesquisa bibliográfica, não procurou integração com os Estados, não tratou de forma aprofundada o aspecto dos recursos hídricos, mesmo sendo o Cerrado o berço das águas, desconsiderou a geração de hidroeletricidade, o planejamento do setor petróleo e gás natural e as atividades da mineração em sentido amplo, entre outras atividades de importância para a região.

Complementado sua fala anterior, a representante da Petrobras argumentou que a premissa utilizada pelo MMA está equivocada, pois como membro do Consórcio ZEE Brasil não tem o entendimento que o ZEE do bioma Cerrado tenha iniciado. Entende que o MMA teve iniciativa e produziu um insumo que poderá vir a ser utilizado pelo grupo técnico do Consórcio. Frente a esta consideração, sugeriu que o cronograma apresentado pelo Sr. Felipe fosse alterado, pois, a princípio o processo não fora iniciado. Acrescentou, na sequência, que a primeira etapa do cronograma deveria ser a elaboração do Termo de Referência (TdR) por parte do Consórcio ZEE Brasil.

Na sequência, o Sr. Adalberto Eberhard retomou o ponto endereçado pela representante do MME sobre a metodologia utilizada para a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal e fez questão de destacar que aquela metodologia aplicada durante o processo de zonificação da Amazônia Legal, apesar de aprovada *ad hoc*, não pode ser entendida como referência pois não seguiu o roteiro estabelecido no documento “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil” (MMA, 2006), elaborado pelo Consórcio ZEE Brasil e aprovado pela CCZEE, sendo esta a metodologia oficial vigente.

O representante do MDIC destacou sua concordância com os representantes do MME e Petrobras. Tem o entendimento que é de competência dos colegiados a definição de rumos dos Projetos de ZEE de competência do governo federal. Entende que, dando enfoque ao recorte do bioma, o projeto já tende a dar um peso maior a vertente ecológica em detrimento da econômica e da social. Deu foco à necessidade de elaboração de ZEE por regiões e não por bioma. Destacou que a iniciativa do MMA foi importante, porém deve ser vista como insumos da pasta ambiental para o processo como um todo.

A representante da Petrobras adicionou que o trabalho relativo aos cenários prospectivos para o bioma Cerrado não deveria ter ocorrido sem antes um acordo dos colegiados sobre o rumo do processo. Salientou que não há condições de seguir desta forma, pois atropela as competências dos colegiados.

O representante da ANA informou que fez uma análise sobre o diagnóstico preliminar encaminhado, mais especificamente sobre a temática dos recursos hídricos. Relatou que a abordagem sobre este tema foi bem superficial e com muitas inconsistências, acrescentando que deveria ser totalmente refeito considerando o relatório de conjuntura elaborado pela ANA.

O representante do MP comentou que o decreto do PPCerrado não elimina a possibilidade de se fazer o ZEE do bioma Cerrado pelas regiões, tal como defendido nas falas anteriores, já que esse regulamento não explicita a forma de sua elaboração. Ademais, salientou que os produtos feitos e compartimentados por regiões serão aderentes ao Art. 13-B do Decreto nº 4.297/02 (incluído pelo Decreto 7.378/10) e mais ‘vendáveis’ para gestores federais e estaduais. Expressou seu entendimento de que o bioma Cerrado já tem uma porcentagem (38%) do seu território zoneado econômica e ecologicamente pelo MacroZEE da Amazônia Legal. Nesse sentido, finalizou seu comentário propondo a região Nordeste como prioritária no processo proposto.

A representante da Petrobras informou que os membros do Consórcio não analisaram o documento sobre o diagnóstico encaminhado pelo MMA pelo fato de que o colegiado entende que o mesmo não se iniciou e que não houve clareza do papel do Consórcio neste processo.

O representante do IBGE expressou concordância com o representante da Petrobras, e acrescentou que não houve motivação válida para a análise dos insumos encaminhados pelo MMA no começo de 2014, entendendo que o Consórcio possui papel institucional de caráter operacional nas agendas de ZEE federais, e não de validador de processos.

O coordenador da CCZEE, após as manifestações dos participantes, argumentou que o rumo do projeto foi perdido ao longo do tempo, porém salientou que o trabalho realizado pelo MMA não teve objetivo de provocar os membros do colegiado e sim de agregar. Nesse sentido, complementou a argumentação acrescentando que o processo necessita de um direcionamento e salientou que a análise realizada pela ANA foi muito válida e demonstra a necessidade de revisão dos conteúdos presentes nos insumos.

O Sr. Adalberto Eberhard, resgatando argumentações já apresentadas em reuniões anteriores, ponderou que o objetivo principal é construir um caminho conjunto para concluir os vários ZEE federais. Especificamente quanto ao macrozoneamento do bioma Cerrado, resgatou que o decreto do PPCerrado é uma norma legal e comando presidencial que deve ser cumprido, acrescentando que a CCZEE não tem competência institucional para questionar a demanda disposta. Nesse sentido, esclareceu que a iniciativa adotada pelo MMA foi de avançar com os estudos do macrozoneamento, principalmente visto a disponibilidade de recurso extra orçamentário na época. Finalizou seu comentário complementando que não houve qualquer intenção de segregar os colegiados. Em sinergia, o coordenador da CCZEE ressaltou a importância de se cumprir o comando legal previsto no decreto.

O representante do MP reforçou, novamente, que o decreto do PPCerrado não estabelece “como” fazer o ZEE do bioma Cerrado, interpretando à luz do Decreto nº 4.297/02 que seja possível à CCZEE e o Consórcio zonearem o bioma Cerrado trabalhando por regiões, tal como previamente proposto. Ponderou, mais uma vez, que parte do bioma Cerrado já foi contemplado no MacroZEE da Amazônia Legal e que um recorte mais político-administrativo seria mais exequível para a elaboração de metas por porcentagem do território, facilitando as respostas aos órgãos de controle e aos gestores que demandam o instrumento. Nesta lógica, o bioma Cerrado iria ter seu zoneamento concluído por partes, conforme região trabalhada.

Em complementação à discussão, o coordenador suplente da CCZEE destacou que, para harmonizar os trabalhos que serão executados, é necessário que se tenham padrões semelhantes para os termos de referência (TdR) por regiões político-administrativas. Esta padronização permitirá harmonizar os resultados dos trabalhos e a suas recompilações por bioma, principalmente para o caso do bioma Cerrado.

O representante do IBGE relatou que havia um desconforto dos membros do Consórcio para analisar o documento encaminhado pelo MMA no início do ano. Relatou que realmente o uso do recorte atual do bioma não é o mais adequado para ser utilizado como referência, principalmente para políticas públicas. Tal limitação tem sua origem na escala de mapeamento de 1:5.000.000, que não dá segurança para este objetivo. Relatou que em experiências anteriores, onde determinados marcos legais utilizaram o recorte do bioma, houve um histórico de conflitos principalmente nas regiões limítrofes. Como exemplo citou a norma do conselho monetário nacional que definiu o bioma amazônico como local de restrição de empréstimos. Na prática não foi tão fácil esta delimitação do bioma na escala de propriedade, o que levou a uma série de argumentações e disputas legais. O mesmo pode ocorrer na implementação das diversas ações previstas no âmbito do PPCerrado. Alertou ao coordenador da CCZEE que o recorte do bioma realmente não é o mais adequado. Informou, ainda, que o IBGE está atualmente trabalhando no refinamento (escala de 1:250.000) destes limites e que, havendo recursos, a previsão é de começar a pensar em resultados no próximo ano.

A representante do MME destacou que a fala do representante do IBGE corrobora com o documento produzido pelo MME, no qual manifesta desacordo com o recorte atual de bioma para elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado.

O coordenador suplente da CCZEE resgatou a colocação do representante do IBGE e considerou importante que, no planejamento do MMA para o próximo ano, deva haver previsão de recursos, visando ações voltadas ao refinamento dos limites dos biomas brasileiros. Salientou que o atual mapa de biomas, apesar das limitações de seu uso, trouxe também resultados positivos para o Brasil. Ressaltou que o planejamento do Consórcio deve prever ações para este refinamento. Destacou que o refinamento dos limites dos biomas permitirá a resolução de inúmeros problemas ocorridos nas bordas da Mata Atlântica, para os proprietários envolvidos com a moratória da soja, dentre outros. Ainda complementando, retornou ao projeto do bioma Cerrado, informando a importância de não se perder de vista o atraso deste projeto, conforme estipulado no decreto do PPCerrado, e que muito provavelmente sejam cobradas, em breve, pelos órgãos de controle, explicações sobre este atraso. Chamou a atenção, mais uma vez, que se a escolha for a compartimentação por grandes regiões geográficas, deve haver padrões para permitir harmonização dos produtos.

O coordenador da CCZEE encerrou as inscrições e teceu comentários sobre todo o debate ocorrido a fim de orientar para os encaminhamentos finais.

1. **Primeiro** - Percebeu que tanto o Consórcio como a CCZEE não identificam esse trabalho como o processo de elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado. Há um entendimento majoritário de que a construção do MacroZEE pode ser feita através das regiões político-administrativas, com subsequente consolidação e recorte para o bioma.
2. **Segundo** – Enfatizou que os insumos elaborados pelo MMA em 2012 são importante peça técnica e que seus respectivos conteúdos podem vir a subsidiar estudos futuros e ao próprio processo de zonificação.
3. **Terceiro**– Enfatizou a necessidade de definição de uma estratégia operacional para se elaborar o MacroZEE do Cerrado, considerando as atribuições legais de ambos os colegiados.
4. **Quarto** – Complementou que a definição dessa estratégia operacional para se elaborar o MacroZEE do Cerrado, considerando as atribuições legais de ambos os colegiados, deverá ser pauta específica da próxima reunião ordinária da CCZEE em 2015.

O coordenador complementou, salientando que esta abordagem metodológica deverá traduzir toda a discussão ocorrida nesta reunião e que cabe ao Consórcio, juntamente com a CCZEE redigir tal Termo de Referência (TdR).

O representante do MP sugeriu que o MMA, no papel de secretaria executiva, deveria ter papel protagonista nas articulações com os diversos membros, com vistas a sistematizar as contribuições que venham a aportar informações na construção do TdR do MacroZEE do Cerrado, ora proposto. A ideia é de se chegar à próxima reunião, em março de 2015, com uma minuta dessa proposta para discussões.

Na sequência, o coordenador da CCZEE complementou que, além do TdR, seria importante contarmos com a elaboração de um cronograma de execução das etapas. Porém reforçou que o papel do Departamento de Zoneamento Territorial nesse modelo de gestão é de secretariar os colegiados não de executar atribuições e responsabilidades típicas do Consórcio. Nesse sentido, questionou qual instituição, no âmbito do citado grupo de trabalho, deveria coordenar esse processo.

Dando continuidade à discussão referente à coordenação do processo para elaboração do citado TdR, o representante do IBGE salientou que é interessante consultar todos os membros do Consórcio com vistas à essa decisão. Informou que, a partir dos pontos discutidos nessa reunião, iria executar um trabalho de internalização da agenda de ZEE no âmbito do IBGE, e contar com o apoio do Ministério do Planejamento nessa atividade.

Por fim, sugeriu que esses encaminhamentos fossem repassados, via e-mail, para os membros. O coordenador da CCZEE concordou e entendeu que este papel é do MMA, como secretaria executiva, no que concerne às suas responsabilidades frente ao atual modelo de gestão do Programa ZEE Brasil.

A representante do MME ressaltou que os encaminhamentos foram positivos e agradeceu a presença de todos, lembrando ser esta a última reunião do ano.

Na sequência, o coordenador da CCZEE perguntou a todos os representantes presentes se tinham a devida clareza quanto à proposta de elaborar o TdR compartimentado por regiões político-administrativas. Não houve contestações a essa ponderação.

O coordenador suplente da CCZEE complementou, ainda, que o TdR compartimentado por regiões deve obedecer algumas premissas como a padronização mínima que permita a harmonização do recorte do bioma e, por fim, atenda o decreto do PPCerrado, Código Florestal, dentre outros. Ressaltou que, desta forma, o produto será mais atrativo para gestores públicos.

O coordenador da CCZEE, ainda na discussão referente à elaboração do TdR por regiões, adicionou que sobre o Código Florestal há a necessidade de fornecer a metodologia unificada. Nesse sentido, argumentou que será necessário a revisitação da metodologia do MacroZEE da Amazônia Legal nesse processo de construção, já que parte do bioma Cerrado possui sobreposição com tal instrumento de planejamento territorial.

Por fim, o Sr. Adalberto Eberhard informou aos membros de que está atualmente em andamento no MMA a contratação de pessoa jurídica para elaboração do ZEE da Bacia do São Francisco. Destacou que essa lógica surgiu mais uma vez a partir da disponibilidade de recursos do Programa Interáguas mas que há a previsão da participação dos colegiados nas suas fases. Ressaltou que na reunião extraordinária da CCZEE em 06/02/2014 o TDR do projeto do São Francisco foi apresentado aos respectivos membros presentes, oportunidade na qual a comissão considerou importante a continuidade do processo de zonificação na mencionada bacia hidrográfica devido já ter sido elaborado e publicado, com a participação do Consórcio ZEE-Brasil, o Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em 2011.

O coordenador da CCZEE acrescentou que, também está em fase de contratação, a revisão do Plano Decenal da Bacia e a Avaliação do Programa de Revitalização, ou seja, uma oportunidade ímpar de se trabalhar de forma conjunta um mesmo recorte territorial.

Não havendo novos comentários o coordenador da CCZEE fez o encerramento, expressando satisfação e destacando como os encaminhamentos foram positivos.

Encaminhamentos a respeito do MacroZEE do bioma Cerrado:

- A construção do MacroZEE do bioma Cerrado deverá adotar as regiões político-administrativas, em um primeiro passo metodológico de elaboração, com subsequente consolidação e recorte do bioma, ao final do processo.
- O MMA exercerá o papel de secretaria executiva na articulação dos colegiados que serão responsáveis, de fato, por coordenar e apresentar o citado TdR na reunião de março de 2015, onde será também elaborado o planejamento das atividades e produtos em um cronograma de execução específico. Nesse sentido, a secretaria executiva da CCZEE irá encaminhar essa demanda aos diversos membros do Consórcio ZEE

481 Brasil, solicitando manifestação quanto à definição do coordenador, entre seus
482 membros, desse processo de elaboração do TdR, à luz das premissas discutidas.

483

- 484 • Durante o processo de discussão e elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado pelos
485 colegiados, os insumos elaborados pelo MMA em 2012 deverão ser considerados
486 importantes peças técnicas, no que couber.

487